

TALKING QUEER

Archive, Activism, Creative Disruptions

Entrevistador: Caio Simões de Araújo

EPISÓDIO 1 - FRICÇÕES QUEER AFRICANAS: uma conversa com Rahul Rao.

No episódio de hoje, eu falo com Rahul Rao. Rahul é leitor sênior na School of Oriental and African Studies, SOAS, no Reino Unido. Hoje, nós vamos conversar sobre o seu novo livro, *Out of Time: The Queer Politics of Postcoloniality*, que foi publicado pela Oxford University Press.

Rahul, seja bem vindo ao podcast.

Obrigado, Caio.

Antes de falarmos sobre o conteúdo do livro, eu gostava de saber como você chegou a este projeto. Por que você decidiu escrever sobre o Uganda?

Acho que houve um elemento acidental. Eu terminei de escrever meu primeiro livro, *Third World Protests Between Home and the World*, em 2009, e foi nessa altura que o projeto de lei contra a homossexualidade foi apresentado pela primeira vez no parlamento do Uganda. E essa lei atraiu atenção mundial. Em primeiro lugar, porque alguns dos elementos do seu texto eram particularmente draconianas. Em segundo lugar, por causa do envolvimento de ativistas evangélicos cristãos norte-americanos que se organizavam transnacionalmente, e que estavam a pressionar pela elaboração e promulgação de projetos de lei similares em várias partes do mundo. Portanto, o caso do Uganda parecia uma história interessante precisamente por causa dessa globalidade. Além disso, eu presumi que, pelo fato de ativistas da direita cristã norte-americana estarem tão envolvidos, essa situação não poderia ser enquadrada em narrativas homo-nacionalistas. O conceito de homo-nacionalismo é usado por Jasbir Puar para descrever um fenômeno em que o avanço dos direitos LGBT é considerado um símbolo de civilização, sendo mobilizado de forma a demarcar o que é na realidade uma nova versão

da divisão colonial entre o “civilizado” e o “selvagem”. É claro que, nesses discursos, os Estados Unidos são sempre posicionados na vanguarda do progresso, como protetores dos direitos LGBT no resto do mundo. Portanto, eu pensei que ver ativistas norte-americanos envolvidos na promulgação da homofobia em África poderia ajudar a desconstruir estes discursos. Eu estava errado, porque a crise do Uganda também foi entendida em termos homo-nacionalistas. Mas eu acho que esses foram os motivos que me atraíram para a questão do Uganda.

Então o seu projeto responde a uma questão bastante contemporânea. Ao mesmo tempo, você procura interrogar histórias coloniais. Nós sabemos que fazer pesquisas históricas sobre questões LGBT pode ser bastante difícil. Quais foram os principais desafios que você enfrentou na sua investigação?

Eu me interessei na questão da historicidade e do passado porque, quando comecei a estudar a situação do Uganda, imediatamente me deparei com uma narrativa queer-fóbica bastante comum, de que a homossexualidade foi importada do Ocidente, sendo uma prática estranha ao Uganda. Esse tipo de argumento soava muito familiar para mim, pois eu vinha da Índia, e eu vinha acompanhando a luta contra a Seção 377 do Código Penal por muitos anos. E naquele contexto, eu estava interessado nos tipos de estratégias que ativistas e acadêmicos estavam a usar para se opor ao discurso de que a homossexualidade é algo vindo do Ocidente. No caso da Índia, uma tendência comum tem sido interrogar o passado pré-colonial como um espaço-tempo no qual podemos pensar, investigar, e recuperar práticas de desejo homossexual, como uma forma de desafiar a ideia de que essas formas de desejo são culturalmente inautênticas. Claro, existem várias maneiras de fazer esse tipo de trabalho. Eu fui influenciado por Anjali Arondekar, que, em um livro incrivelmente importante chamado *For the Record*, problematizou essa nossa tendência de resgatar o passado e de instrumentalizar os arquivos como uma espécie de repositório de soluções para os problemas políticos que enfrentamos no presente. Ela nos alerta que corremos o risco não só de instrumentalizar o arquivo, mas também de supor que ele contém o segredo para desvendar os problemas do presente. Arondekar também argumenta que o arquivo não é um instrumento neutro, mas ele também produz subjetividades. Neste sentido, o que é interessante sobre o arquivo não é apenas o que ele detém, mas também o que ele faz: ele está ativamente produzindo, categorizando e criando novas formas de pensar sobre as nossas realidades sociais e políticas. Então, esses são alguns dos desafios de fazer qualquer tipo de trabalho que olhe para o passado de uma forma que ressoe com o nosso presente.

Acho que você tocou em uma questão crucial. Por um lado, enfrentamos o problema de mobilizar o passado a serviço de um projeto político no presente, o que claramente pode ser problemático. Mas, por outro lado, a política é inevitável. Se estamos fazendo histórias *queer* no Sul Global, uma pessoa sempre terá que navegar esta linha entre a investigação e o ativismo. Como você navegou nessa linha em seu próprio trabalho?

É uma ótima pergunta. Eu acho que você está absolutamente certo. Particularmente no Sul Global, onde a importância política deste tema é bastante grande, não acho que podemos fazer um trabalho acadêmico imparcial e desinteressado. Então, eu queria fazer um tipo de trabalho que fosse orientado para o ativismo, mas sem cair nas armadilhas que Arondekar identifica. E então eu me interessei por maneiras alternativas pelas quais podemos olhar para o passado, mas sem necessariamente afirmarmos que estamos produzindo história. Aqui, eu me interessei pelos estudos de memória. E também me ajudou muito pensar sobre as distinções entre história e memória. A história como uma prática que pretende produzir uma narrativa fidedigna sobre o que aconteceu no passado; ao passo que a memória refere às conexões que as pessoas do presente têm com o passado. No meu projeto, eu tentei distinguir as duas coisas, a história e a memórias, mas, claro, não são facilmente distinguíveis. Há uma relação confusa e complicada entre estes dois conceitos. Mas pensar sobre a memória possibilitou-me dizer: estas são as histórias que os ugandeses já estão a contar a si próprios sobre o seu passado; estas são as maneiras pelas quais estas histórias são complicadas e contraditórias; e estes são os diferentes projetos políticos vinculados a cada uma destas histórias. Portanto, eu assumi a posição de um curador de histórias, um curador que se recusa a decidir que história é mais válida, mas que as coleta e apresenta para que as pessoas possam perceber o que está em jogo quando revisitamos o passado.

No livro, você também nos alerta para um outro problema, que é a tendência de romantizar o passado pré-colonial como um período de tolerância sexual. Você argumenta que esse tipo de abordagem também pode ser problemático...

Neste caso, novamente, eu fui influenciado pela minha experiência na Índia, onde uma resposta comum ao argumento de que a homossexualidade é importada do Ocidente, é oferecer um contra-argumento de que é a homofobia que é importada do Ocidente. De certa maneira, isso é absolutamente verdade, se definirmos a homofobia em termos de dispositivos legais, tais como os códigos penais que as autoridades coloniais impuseram nas suas colônias. Mas acho que terminar a história aqui seria supor que, se não fosse por essas intervenções coloniais, não teríamos fobias,

sentimentos ou leis anti-queer nestes espaços. E, para mim, essa ideia é claramente insustentável. Muitos estados pós-coloniais alcançaram a sua independência há décadas, mas ainda assim mantiveram essas leis. Em muitos casos, os regimes pós-coloniais ressignificam e abraçaram essas leis. Também presumimos frequentemente, penso eu, que as culturas e sociedades pré-coloniais não tinham as suas próprias ideias sobre o que era normativo e não-normativo. Então, ao aludir a esta questão, eu estava tentando apontar para uma forma mais complicada de pensar sobre normatividade e não normatividade, em vez de assumir que as sociedades pré-coloniais eram paraísos de tolerância. É isso que eu pretendia apontar quando disse que há uma tendência de romantizar o passado pré-colonial nas nossas narrativas ativistas e académicas.

Acho que esta é uma das contribuições mais importantes do livro. Você consegue evitar narrativas simplistas e mostra as várias formas de conversação transnacional, tensão e atrito acontecendo entre todos esses atores e espaços, tanto no Norte quanto no Sul Global. Por que você decidiu olhar para essa questão dessa forma?

Acho que comecei pensando sobre o homo-nacionalismo, e a maneira como este tipo de narrativa se manifestava no contexto do Uganda. Naquela altura, estávamos vendo muitos discursos homo-nacionalistas em torno deste caso, incluindo artigos nos media proclamando incessantemente que a homofobia é generalizada na África Subsaariana, e outras generalizações simplistas desse tipo. Claro, esse tipo de discurso precisava ser criticado, e eu queria fazer esta crítica. Mas, ao mesmo tempo, eu observei um tipo diferente de tendência, em que aqueles críticos ao homo-nacionalismo pareciam atribuir a responsabilidade por esses desenvolvimentos homofóbicos inteiramente aos atores ocidentais. E eu fiquei muito preocupado com esta maneira de explicar a situação, porque ela esvaziava completamente a agência de atores do Uganda. Em um certo sentido, isso era um insulto diferente, porque implicava que os africanos não tinham absolutamente nenhum papel a desempenhar na alteração de suas próprias crises. Então, eu queria fornecer um relato mais complicado de como chegamos ao ponto em que uma legislação deste tipo podia ser elaborada. E foi aqui que me vi contando uma história mais longa, uma história de transações entre diferentes conjuntos de elites ao longo do tempo, e que tiveram o efeito cumulativo de produzir o Uganda como um espaço homofóbico.

O livro segue várias fricções globais em torno da homossexualidade. Uma delas tem a ver com os termos que usamos para falar sobre as sexualidades dissidentes. Este é um longo debate, e

acadêmicos e ativistas têm recentemente criticado a transferência de termos ocidentais para o Sul Global, incluindo os próprios termos do acrônimo LGBTQ. Como você navegou essa tensão?

Essa é uma ótima pergunta. O problema a que você alude me preocupou desde o início. Sabemos que *queer* é um termo anglo-americano, e vários críticos têm feito perguntas muito legítimas sobre o que acontece quando transportamos esses termos e estruturas de pensamento de um contexto para outro. No Uganda, o termo *kuchu* foi inventado como um termo alternativo, um termo abrangente para capturar todas as formas de não-normatividade sexual e de gênero. Ainda assim, eu fiquei intrigado ao ler os primeiros trabalhos da Stella Nyanzi, nos quais ela mostra que muitos interlocutores com quem ela falou no Uganda não gostavam de usar o termo *kuchu* porque, na visão deles, esta palavra denotava um estilo de vida e um ativismo radical do que eles não compartilhavam. Então, na realidade, estas pessoas preferiam o termo LGBTI em vez de *kuchu*. Este caso é interessante porque me fez pensar sobre como é impossível encontrar o termo perfeito para capturar todas as formas de não-normatividade sexual e de gênero que nós vemos nestes contextos, e as quais tentamos estudar. Portanto, em vez de invocar o termo perfeito, eu decidi que era mais importante pensar sobre a função que os termos estavam a desempenhar. E é aqui, eu acho, que somos obrigados a pensar na bagagem conceitual dos termos, ao invés de nos focar nas palavras em si. Neste sentido, eu estou mais interessado no trabalho conceitual que os termos fazem, do que na proveniência geográfica das palavras. É a função que elas desempenham que é mais interessante e importante para mim.

Com esta resposta, podemos concluir. Rahul, obrigado pela conversa fascinante.

Obrigado Caio, foi uma ótima conversa.